



PROCESSO N.º : 190.337-3/2024
PRINCIPAL : INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS
ASSUNTO : APOSENTADORIA
INTERESSADA : MARIA HELENA FERRARI CAMARGO
RELATOR : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF

RELATÓRIO

Tratam os autos do pedido de registro da Portaria n.º 3.188/2024¹, retificada em parte pela Portaria n.º 3.193/2024², ambas expedidas pelo Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis – IMPRO, que concederam aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Sra. **MARIA HELENA FERRARI CAMARGO**, inscrita no Cadastro Pessoas Físicas CPF n.º 468.778.001-68, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Diversos, efetiva no cargo de Técnico Instrumental, Perfil: Agente Administrativo, Nível 11, Classe 50, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no Município de Rondonópolis/MT.

A servidora Maria Helena Ferrari Camargo ingressou no serviço público municipal em 1º/6/1994, no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Diversos, conforme Portaria n.º 2.941/1994³. Posteriormente, esse cargo foi renomeado para Apoio Instrumental I. Ressalte-se, contudo, que a servidora já se encontra aposentada no cargo de professora, no âmbito do Estado de Mato Grosso, conforme Ato n.º 18.736/2014 e Acórdão TCE-MT n.º 1674/2014.

A 4ª Secretaria de Controle Externo (Secex), em seu Relatório Preliminar⁴, constatou a existência de irregularidade grave (LB15) e gravíssima (LA06) no processo concessório.

Os responsáveis foram devidamente intimados⁵, e alegaram que teria ocorrido erro material na nomeação, além de sustentarem a possibilidade de

¹ Doc. 520319/2024, p. 11-12.

² Doc. 520319/2024, p. 14.

³ Doc. 520319/2024, p. 17-18.

⁴ Doc. 539500/2024.

⁵ Doc. 539762/2024





acumulação de cargos, em razão da compatibilidade de horários entre as funções de professora e técnico administrativo⁶.

A 4ª Secex, por meio de Relatório Técnico, não acolheu as alegações apresentadas pela defesa dos responsáveis, mantendo as irregularidades inicialmente apontadas. Ademais, solicitou a adoção de providências para correção do ato concessório, o encaminhamento da documentação pertinente e a intimação da beneficiária.

O Fundo apresentou nova manifestação, na qual esclareceu que a beneficiária foi nomeada para o cargo de Agente Administrativo, mas que, por erro material, o ato de nomeação registrou o cargo como Auxiliar de Serviços Diversos. Informaram, ainda, que tal equívoco foi posteriormente corrigido por meio da lavratura de novo termo de posse, o que, segundo alegam, afasta a configuração de ascensão funcional, uma vez que a servidora não teria sido promovida do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos para o de Agente Administrativo, mas nomeada diretamente para este último.

Além disso, o IMPRO juntou aos autos declaração de acumulação de benefícios, na qual consta que a Sra. Maria Helena percebe aposentadoria também pelo MTPREV, o que indica a existência de cumulação de proventos. Na mesma oportunidade, foi reforçada a tese da possibilidade de acumulação do cargo de professora com o de Agente Administrativo, sob os fundamentos de boa-fé da servidora, decadência administrativa e da suposta natureza técnica do cargo por ela exercido no Município de Rondonópolis.

A4ª Secex, por meio do Relatório Técnico de Defesa, opinou pela denegação do registro do ato de aposentadoria, bem como pela abertura de processo administrativo no âmbito do Município de Rondonópolis, a fim de que a beneficiária proceda à escolha de um dos benefícios previdenciários. Ademais, manifestou-se pela instauração de representação interna para acompanhamento do caso e pela remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, para apuração de eventuais ilícitos⁷.

⁶ Docs. 542525/2024 e 638314/2025.

⁷ Doc. 656119/2025.





O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n.º 3.399/2025⁸, subscrito pelo Procurador-Geral de Contas Adjunto William de Almeida Brito Júnior, em consonância com a Unidade Técnica, concluiu que o cargo de Agente Administrativo, ocupado pela beneficiária e no qual pretende se aposentar no Município de Rondonópolis, não possui natureza técnica ou científica, uma vez que, em 1994, os requisitos exigidos restringiam-se à conclusão do 1º grau de escolaridade e a 12 meses de experiência. Ressaltou, ainda, que não cabe alegação de prescrição ou decadência para obstar a atuação do Tribunal de Contas no exame de irregularidades verificadas em processos de registro de aposentadoria

Por fim, o *Parquet* opinou pela denegação do registro do ato de aposentadoria, considerando que não é admitida a acumulação do cargo de professora no Estado de Mato Grosso com o de Agente Administrativo no Município de Rondonópolis, nos termos do art. 40, §6º, da Constituição Federal.

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 16 de outubro de 2025.

(assinatura digital)⁹

CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF
Relator

⁸ Doc. 662329/2025.

⁹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

